

Renegociação da dívida passa por novos acordos com o FMI

O governo não considera questão fechada o acordo com os banqueiros, montado pela administração anterior e na dependência do sinal verde do FMI para ser formalizado. Há itens que serão rediscutidos, tendo-se definido como inaceitável a monitoração desse acordo pelo FMI — Fundo Monetário Internacional. Entendem os dirigentes da Nova República que, encerrado o ajuste trienal firmado pelo governo anterior com o Fundo, não mais de deverá ser permitida a presença de equipes de técnicos da instituição, auditando as contas do País.

Segundo uma qualificada fonte governamental, diretamente envolvida nas negociações, essa exigência brasileira deverá constituir-se num dos fatores de dificuldades para a renegociação, pois os banqueiros vão argumentar com a necessidade de algum

acompanhamento da estratégia econômica, para medir sua conformidade com as políticas de ajuste sancionadas pelo Fundo, e esta instituição é a única adequada para fazer esse controle.

Outro argumento que as autoridades brasileiras esperam receber dos banqueiros é de que a prática já foi seguida no acordo com o México, plenamente aceita pelas autoridades mexicanas, não se justificando a abertura de uma exceção para o Brasil, sobretudo quando é visível o desconforto do BOARD do FMI ante as pressões de certos países-membros, como os Estados Unidos, contra o que classificam de complacência da instituição para com o Brasil, retratada na aceitação de continuos descumprimentos de metas previamente negociadas.

Outro ponto que será sustentado pelas autoridades brasileiras, na visão da mesma fonte, é

que o acordo mexicano não pode ser aceito como paradigma. Ele resultou em várias desvantagens para o México, tais como a obrigatoriedade do pagamento das amortizações do principal já no primeiro ano de vigência de ajuste, a exigência da antecipação de pagamento de uma parcela de um empréstimo-jumbo concedido e, sobretudo, a longa dependência da economia mexicana aos controles externos, por um período de 14 anos.

Como o governo entende que não houve formalização do acordo negociado pelo trio Delfim-Galveas-Pastore, mas apenas um acerto informal entre esse grupo e o comitê dos bancos, sustenta o informante que o Brasil tem todo o direito de renegociar alguns dos seus itens, de modo a adequá-lo às necessidades do país, no quadro atual.